

O Cerrado: patrimônio biocultural, diversidade e desafios para o futuro

O Cerrado é o segundo maior bioma do Brasil e uma das savanas mais ricas em biodiversidade do mundo. Ele representa um importante patrimônio biocultural, pois reúne não apenas uma grande diversidade de espécies, mas também histórias, saberes, culturas e modos de vida construídos ao longo do tempo por diferentes povos e comunidades. Assim, o valor do Cerrado vai além da natureza, envolvendo dimensões sociais, culturais e simbólicas fundamentais para o país.

Essa riqueza está presente nos modos de vida de povos indígenas, comunidades quilombolas, geraizeiros, vazanteiros, quebradeiras de coco, ribeirinhos e agricultores familiares. Esses grupos desenvolveram formas próprias de uso e cuidado com o território, respeitando as características do bioma. Suas práticas contribuem para a conservação da biodiversidade e para a manutenção de serviços ambientais essenciais, demonstrando que a presença humana pode ocorrer de forma integrada e sustentável.

Do ponto de vista ambiental, o Cerrado exerce papel fundamental na produção e na distribuição de água no Brasil, sendo conhecido como o “berço das águas”. No bioma nascem rios importantes, como Tocantins, São Francisco, Parnaíba, Paraná e Paraguai, que abastecem diversas regiões do país. A conservação do Cerrado é, portanto, essencial para a segurança hídrica, a produção de alimentos e o equilíbrio climático do país.

Ao longo da história, porém, o Cerrado tem sofrido com processos intensos de ocupação territorial, principalmente devido à expansão agropecuária, às monoculturas e à formação de grandes áreas de pastagem. Essas atividades resultaram na perda de extensas áreas de vegetação nativa, afetando os ciclos naturais, reduzindo a disponibilidade de água e pressionando os modos de vida tradicionais. Os impactos dessa degradação ultrapassam os limites do bioma e atingem o equilíbrio ambiental do país como um todo.

Nesse contexto, o papel dos Povos e Comunidades Tradicionais na conservação ambiental é reconhecido pelo Decreto nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. A norma reconhece esses grupos como culturalmente diferenciados, com formas próprias de organização social, cujos modos de vida dependem do uso responsável dos territórios e dos recursos naturais, baseados em saberes transmitidos entre gerações.

Apesar desse reconhecimento legal, a falta de regularização e titulação dos territórios tradicionais ainda gera situações de vulnerabilidade social, insegurança territorial e conflitos fundiários. Diante disso, iniciativas que produzem dados a partir do protagonismo comunitário tornam-se fundamentais para evidenciar a importância desses territórios na conservação ambiental e no desenvolvimento sustentável.

É nesse cenário que se destaca o projeto “Tô no Mapa”, que, em seu relatório de 2025, reúne informações produzidas diretamente por Povos e Comunidades Tradicionais e agricultores familiares. Criado em 2020, o projeto disponibiliza um aplicativo gratuito e seguro que permite o automapeamento comunitário de territórios tradicionalmente ocupados, fortalecendo a visibilidade, a autodefinição e a reivindicação de direitos.

O relatório apresenta dados de cerca de 400 comunidades distribuídas em mais de 1,3 milhão de hectares. Do total de comunidades automapeadas, 68% estão localizadas no bioma Cerrado, o que evidencia a centralidade desse território para a reprodução cultural e social desses povos.

Além disso, os dados mostram que esses territórios atuam como importantes áreas de proteção ambiental. Em média, cerca de 80% da vegetação nativa permanece preservada dentro dos territórios automapeados, enquanto o entorno apresenta índices menores, em torno de 65%. Nos anos de 2023 e 2024, a taxa de desmatamento dentro desses territórios foi até 16 vezes menor do que nas áreas vizinhas, reforçando a importância da permanência dessas comunidades para a conservação do Cerrado.

Essas informações confirmam o princípio do Decreto nº 6.040/2007, ao demonstrar que a proteção ambiental está diretamente relacionada à valorização dos modos de vida e dos territórios dos Povos e Comunidades Tradicionais. No caso do Cerrado, fica evidente que garantir esses territórios é uma estratégia eficaz para preservar o bioma e assegurar a segurança hídrica. Por isso, torna-se urgente que o Estado avance na regularização fundiária e incorpore esses conhecimentos na formulação de políticas públicas.

Nesse contexto, a Educação Ambiental desempenha papel estratégico ao contribuir para a formação de uma consciência crítica voltada à justiça ambiental e social. Como prática pedagógica comprometida com a transformação social, a Educação Ambiental deve integrar o desenvolvimento de crianças e jovens ao reconhecimento dos saberes tradicionais e do protagonismo desses povos na defesa do Cerrado.

As dificuldades de reconhecimento dos territórios tradicionais também expõem essas populações a situações de racismo ambiental, aprofundando desigualdades históricas. Alinhada aos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que assegura o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, a Educação Ambiental deve formar sujeitos críticos, capazes de compreender e enfrentar os desafios socioambientais contemporâneos.

No Distrito Federal, a rede pública de ensino tem desenvolvido iniciativas que fortalecem a relação entre educação, território e Cerrado, com destaque para a Escola da Natureza de Brasília e o Programa Parque Educador. Essas ações articulam políticas educacionais e ambientais e reconhecem o bioma como espaço de aprendizagem.

A Escola da Natureza, criada em 1997 como Centro de Referência em Educação Ambiental, promove práticas educativas vivenciais voltadas para uma educação ecológica crítica. Seu trabalho valoriza o Cerrado e integra conhecimentos científicos aos saberes tradicionais, estimulando o sentimento de pertencimento à natureza e a construção de relações mais sustentáveis.

Entre suas principais ações está o Projeto Parque Escola, que atende estudantes da rede pública em ambientes naturais, transformando a vivência em aprendizagem significativa. Espaços como agroflorestas, viveiros de mudas, canteiros de plantas medicinais e estruturas sustentáveis são utilizados como espaços educativos vivos, onde teoria e prática se complementam.

O Programa Parque Educador, desenvolvido em parceria entre a Secretaria de Educação do DF, o Instituto Brasília Ambiental (IBRAM) e a Secretaria do Meio Ambiente do DF (SEMA), amplia essas experiências ao promover atividades pedagógicas em Unidades de Conservação. O programa reconhece esses espaços como territórios educativos, fortalecendo o vínculo dos estudantes com o patrimônio natural e cultural do Cerrado.

Dessa forma, a Educação Ambiental desenvolvida no Distrito Federal contribui para a formação integral de crianças e jovens, estimulando o pensamento crítico, a participação social e o compromisso com a defesa do bem comum. Ao vivenciarem práticas educativas baseadas no cuidado e na corresponsabilidade, os estudantes ampliam sua compreensão sobre direitos socioambientais e tornam-se agentes de transformação social.

Ao assegurar o direito de crianças e adolescentes a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Educação Ambiental consolida-se como um instrumento de formação integral e de participação social. Iniciativas educativas enraizadas no Cerrado, como as desenvolvidas no Distrito Federal, demonstram que é possível articular educação, território e políticas públicas na construção de sujeitos críticos, sensíveis e comprometidos com a defesa do patrimônio comum. Assim, educar para o cuidado com o Cerrado significa também educar para a democracia, para a equidade e para a responsabilidade coletiva diante dos desafios socioambientais contemporâneos.

Proteger o Cerrado como patrimônio biocultural exige reconhecer que conservação ambiental, justiça social e garantia de direitos caminham juntas. Valorizar os Povos e Comunidades Tradicionais, seus territórios e saberes, aliando esse conhecimento à formulação de políticas públicas, é essencial para a sustentabilidade do bioma e para a proteção das gerações presentes e futuras. Nesse sentido, a Educação Ambiental se afirma como eixo fundamental na construção de um futuro mais justo, democrático e ambientalmente sustentável.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais¹. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 8 fev. 2007.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), Rede Cerrado e Instituto Cerrados (IC). TÔ NO MAPA - Relatório Povoamento do App 6: Uso da Terra nas Comunidades Tradicionais. ago. 2024 – out. 2025.

BRASÍLIA (Distrito Federal). Secretaria de Estado de Educação. Portaria nº 15, de 11 de fevereiro de 2015. Dispõe sobre as atribuições dos gestores escolares. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, DF, 13 fev. 2015.

BRASÍLIA (Distrito Federal). Secretaria de Estado de Educação. Portaria nº 378, de 14 de novembro de 2018. Estabelece as funções dos coordenadores pedagógicos intermediários. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, DF, 15 nov. 2018.

Colaboradores

Hélvia Miridan Paranaguá Fraga
Secretária de Educação do Distrito Federal
Contato: 61 3318-2986
Endereço eletrônico: gabinete@se.df.gov.br
Área de formação: Gestão Pública, Ensino da Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna e Literatura Inglesa

Vera Lúcia Ribeiro de Barros
Subsecretária de Educação Inclusiva e Integral
Contato: 61 3318-2929
Endereço eletrônico: subin@se.df.gov.br
Área de formação: Psicologia

Érica Soares Martins Queiroz
Diretora de Educação em Tempo Integral
Contato: 61 33182933
Endereço eletrônico: ericas.martins@se.df.gov.br
Área de formação: Ciências Biológicas - Mestrado em Patologia Molecular e Doutorado em Biologia Celular

Dulcinete Castro Nunes Alvim
Chefe da Unidade de Educação Inclusiva e em Tempo Integral
Contato: 61 3318-2932
Endereço eletrônico: uniti.subin@se.df.gov.br
Área de Formação: Pedagogia

Katiana Rodrigues de Souza
Gerente de Educação Ambiental, Língua Estrangeira, Memórias e Arte-Educação
Contato: 61 99988-0677
Endereço eletrônico: katiana.souza@se.df.gov.br
Área de Formação: Ciências Biológicas/Mestrado em Planejamento em Gestão Ambiental

Cibele de Lima Moreira
Chefe do Núcleo de Educação Ambiental
Contato: 61 99147-4187
Endereço eletrônico: cibele.lima@se.df.gov.br
Área de formação: Ciências Naturais / Pós-graduação em Nutrição Humana e Saúde

Aldo Cavalcante de Almeida
Professor de Educação Básica - Equipe Técnica de Educação Ambiental
Contato: 61 99219-9894
Endereço eletrônico: aldo.almeida@se.df.gov.br
Área de formação: Bacharel e Licenciado em Geografia

Ana Carolina Gonçalves da Silva Nunes
Professora de Educação Básica - Equipe Técnica de Educação Ambiental
Contato: 61 98126-7010
Endereço eletrônico: karoll_nunes@yahoo.com.br
Área de formação: Biologia / Mestrado em em Fitotecnia

Douglas Bento Bezerra
Professor de Educação Básica - Equipe Técnica de Educação Ambiental
Contato: 61 98522-4450
Endereço eletrônico: dgbento@hormail.com
Área de formação: Geografia / Mestrado em Processos Educativos

José Ricardo de Moraes Veiga Abreu Neto
Professor de Educação Básica - Equipe Técnica de Educação Ambiental
Contato: 61 99957-3853
Endereço eletrônico: jose.neto@se.df.gov.br
Área de formação: Ciências Biológicas/Mestrado em Entomologia

Roselei Camargo da Silva
Professora de Educação Básica - Equipe Técnica de Educação Ambiental
Contato: 61 99976-5595
Endereço eletrônico: roselei.camargo@yahoo.com.br
Área de formação: Pedagogia / Especialização em Educação e Gestão Ambiental